

Painel 3

Tarifas, financiamento e sustentabilidade do setor

Marcos Bicalho dos Santos

Brasília-DF,
01 de junho de 2017





1. Tarifa pública x Tarifa de remuneração;
2. Fontes externas de recursos para o setor;
3. CIDE municipal;
4. Financiamento das gratuidades e benefícios tarifários;
5. Investimentos na infraestrutura;
6. Tratamento tributário diferenciado;
7. Metodologia para cálculo dos custos; e
8. Linhas de financiamento.



1. Tarifa pública x Tarifa de remuneração

- Lógica atual: tarifa pública cobre 100% dos custos operacionais + gratuidades e benefícios;
- Setor externaliza recursos para financiar outras políticas públicas (educação e assistência social);
- Lei 12.587/2012: Política Nacional de Mobilidade Urbana:
 - ✓ Tarifa de remuneração da prestação do serviço:
 - Custo real do serviço + remuneração do operador = custo total
 - ✓ Tarifa pública:
 - Preço público cobrado do usuário (decisão política)
- Receita para cobertura dos custos totais = receita da tarifa pública + receita extratarifária; e
- Tarifa pública não pode ser limitador da qualidade do serviço.

2. Fontes externas de recursos para o setor



| Origem | Fonte |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sociedade | Orçamento geral |
| | Fundos vinculados à outras políticas públicas |
| Usuário do automóvel | Taxa sobre os combustíveis |
| | Taxa sobre o uso da via |
| | Taxação dos estacionamentos públicos e privados |
| Proprietário do automóvel | Tributos incidentes sobre a produção, comercialização e propriedade dos veículos individuais |
| Setor produtivo | Vale-Transporte |
| | Tributo sobre a folha de pagamento |
| Proprietários de imóveis beneficiados pelos investimentos em transporte | Instrumentos de captura de valor |
| Receitas agregadas de comércio, serviços e publicidades | Rendas associadas aos sistemas de transporte |

Fonte: IPEA

3. CIDE municipal



Fonte de recursos perenes para cobrir parte dos custos de produção dos serviços

- ✓ Tributo sobre combustíveis utilizados no transporte individual
- ✓ Proposta em tramitação no Congresso Nacional

Principais Resultados: CIDE Municipal

6% Aumento no preço dos combustíveis

R\$ 11,9 bilhões

Arrecadação total anual

29,1% Potencial subvenção dos custos do transporte público



Impacto no IPCA: CIDE Municipal

+0,37% Aumento do preço dos combustíveis

**+
-0,77%** Subvenção dos Custos do Transporte Público

-0,40% Redução do IPCA deflação





Recursos dos orçamentos públicos ou de fundos específicos:

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS); e
- Fundo Nacional do Idoso.

5. Investimentos na infraestrutura



- Programas contínuos;
- Sistemas estruturantes;
- Serviços convencionais; e
- Seleção e qualificação dos projetos.

5. Investimentos na infraestrutura



Situação dos projetos de priorização do transporte público por ônibus

Tabela - Balanço geral dos projetos de priorização do transporte público por ônibus (Atualizado em: abril de 2017)

| Tipo | Cidades * | Empreendimentos | Extensão (KM) | Status | | |
|-----------------|------------|-----------------|----------------|-------------|-----------|------------|
| | | | | Em operação | Obras | Projetos |
| BRT | 33 | 106 | 1.732,5 | 24 | 24 | 58 |
| Corredor | 62 | 206 | 1.317,6 | 38 | 47 | 121 |
| Faixa Exclusiva | 35 | 159 | 1.356,6 | 125 | 5 | 29 |
| Total | 79* | 471 | 4.406,7 | 187 | 76 | 208 |

* Algumas cidades são contempladas com Sistemas BRT, Corredores e Faixas Exclusivas simultaneamente.

Fontes: Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos-NTU

Ministério das Cidades

Ministério do Esporte

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Embarq-Global BRT Data

Levantamento na mídia

5. Investimentos na infraestrutura



Programa Emergencial de Qualificação dos Serviços Convencionais

Principais resultados

R\$ 1 bilhão/ano

3.300 km/ano

de Faixas Exclusivas

Até 110 cidades contempladas

86 milhões de brasileiros
Requisito mínimo: projeto básico

Redução de mais de 1,5 milhão de toneladas de CO2/ano

Além da redução de Material Particulado e NOx

Rápida concepção e execução

Reorganização da operação

Qualificação dos Pontos de parada

Disponibilização de informações básicas aos usuários



Aumento da Velocidade operacional



Aumento da confiabilidade



Redução Dos custos

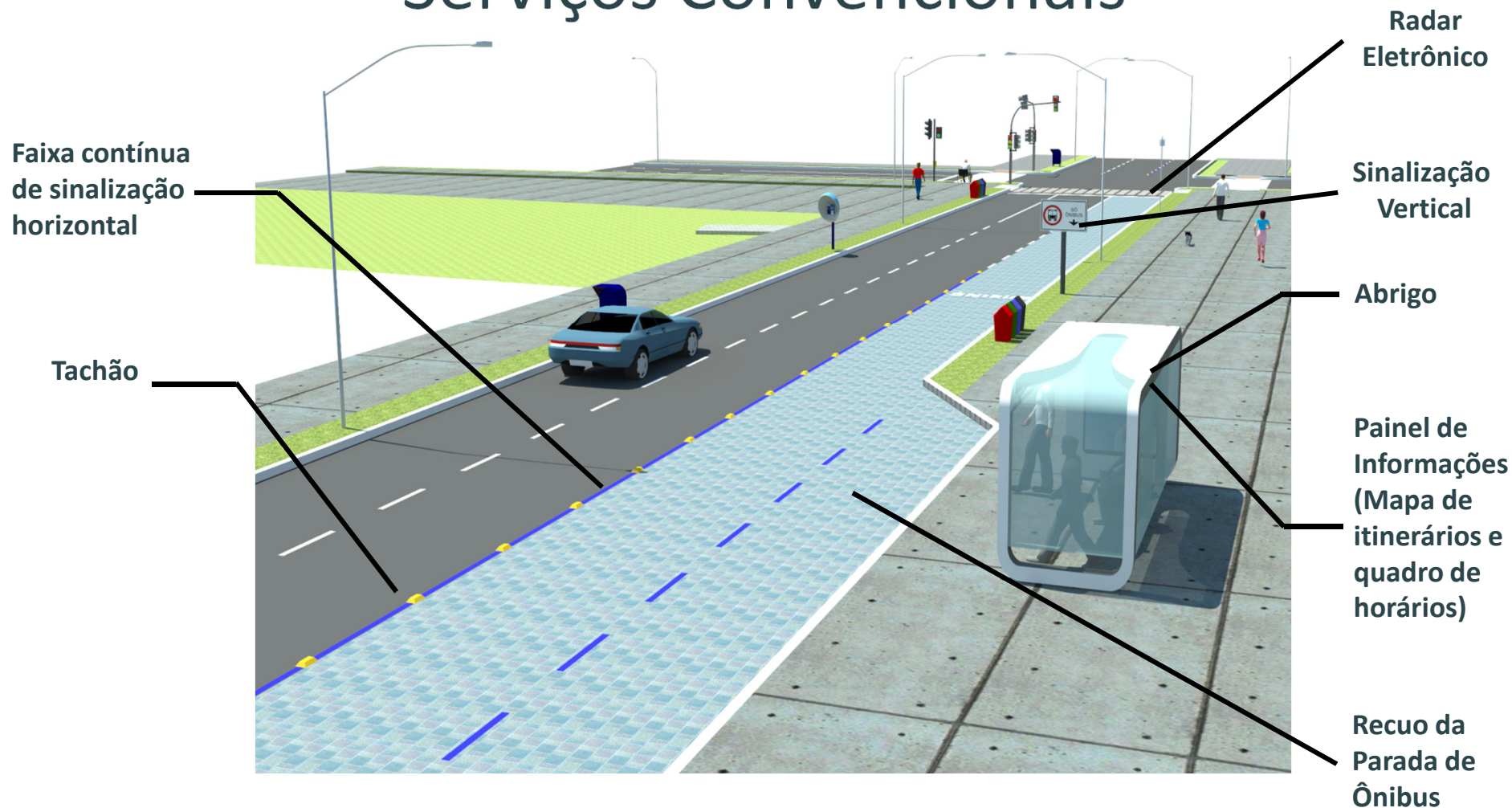


Melhor Qualidade do Transporte público.

5. Investimentos na infraestrutura



Programa Emergencial de Qualificação dos Serviços Convencionais



6. Tratamento tributário diferenciado



- Transporte coletivo urbano é serviço público essencial;
Constituição Federal, Artigo 30, Inciso V
- Transporte público é direito social do cidadão;
Constituição Federal, Artigo 6º (EC 90/2015)

Equiparado à saúde, educação e segurança

7. Metodologia para cálculo de custos



- Transparência para a sociedade;
- Apropriação justa, real e atualizada;
- Avaliação e divisão dos riscos; e
- Remuneração do operador.



- Evolução e atualização tecnológica do setor:
 - Infraestrutura;
 - Veículos; e
 - Sistemas Inteligentes para Transporte – ITS.

Obrigado!

Marcos Bicalho dos Santos

Diretor Administrativo e Institucional da NTU
mbicalho@ntu.org.br



Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
SAUS Quadra 1 – Bloco J Ed. CNT – Ala A 9º andar – CEP 70070.944

Brasília – DF

Tel.: (61) 2103.9293 – Fax: (61) 2103.9260

E-mail: ntu@ntu.org.br

www.ntu.org.br